

font

PDTI - FCRB

2025-2028

*ONDE QUEREMOS
CHEGAR?*

Plano Diretor de
Tecnologia da Informação

Governo

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes

Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB

Presidente

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Diretor Executivo

Ricardo Calmon Reis de Souza Soares

Chefe de Gabinete da Presidência

Andréa Terra de Onofre

Assessora da Presidência

Maria Alice Villas Boas

Diretor do Centro de Gestão – CGE

José Antonio da Silva

Diretora do Centro de Memória e Informação – CMI

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Diretor do Centro de Pesquisa – CP

Marcelo Viana Estevão de Moraes

Procurador Chefe

Thiago Serpa Erthal

Auditora Chefe

Maria dos Anjos Vieira Labres

Comissão de Elaboração do PDTIC

Andréa Castelo Branco Magalhães - CGE

Bianca Therezinha Carvalho Panisset - CMI

Soraia Farias Reolon - CP

Andréa Terra de Onofre - Presidência

Sumário

Apresentação.....	6
Objetivo	6
Abrangência do PDTI	7
Validade e ciclo de revisão do PDTI.....	7
1. Introdução.....	9
1.1 Fatores motivacionais para a FCRB elaborar o PDTI	9
1.2 Alinhamento	11
2. Termos e abreviações.....	12
Glossário	14
3. Metodologia aplicada.....	20
4. Documentos de referência.....	22
4.1. Documentos de gestão de TI e governança da FCRB	22
4.2. Referência técnica e legal	23
5. Princípios e diretrizes	25
6. Organização da TI	28
7. Resultado do PDTI anterior.....	32
8. Referencial estratégico de TI	33
8.1 Missão da FCRB.....	33
8.2 Competência regimental.....	33
8.3 Visão.....	34
8.4 Valores	34
8.5 Objetivos Estratégicos.....	35
8.6 Análise de SWOT	35
9. Alinhamento com a estratégia da organização	37
10. Inventário das necessidades.....	40

10.1	Plano de levantamento das necessidades.....	40
10.2	Necessidades Identificadas	41
11.	Capacidade estimada de execução da TIC.....	49
12.	Plano de Metas e Ações	51
13.	Plano de gestão de pessoas	64
14.	Plano orçamentário.....	66
15.	Plano de gestão de riscos	67
16.	Processo de revisão do PDTI	71
17.	Fatores críticos de sucesso.....	72
18.	Conclusão	74

Apresentação

O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, com vistas a orientar o atendimento de necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou organização em determinado período. Deve conter as necessidades de informação e serviços de TI, as metas a serem alcançadas, as ações que serão desenvolvidas, os indicadores de monitoramento e os prazos de implementação.

Devido ao término da vigência do PDTI 2017/2019, a Coordenação de Tecnologia da Informação elaborou uma nova versão, contemplando as recentes resoluções e orientações dos órgãos de controle, visando adotar um modelo de gestão e governança efetivos para a FCRB.

Objetivo

Este PDTI tem como objetivo sistematizar o planejamento de TI para o quadriênio 2025-2028, e serve para declarar os objetivos e as iniciativas estratégicas da área de TI, alinhando as soluções de Tecnologia da Informação com as metas da FCRB, bem como organizar e formalizar sua atuação nos níveis tático e operacionais. Constitui-se, ainda, em um importante complemento ao Planejamento Estratégico Institucional, compreendendo diretrizes e ações transversais que suportam objetivos de negócio de todas as áreas da instituição.

Conteúdo

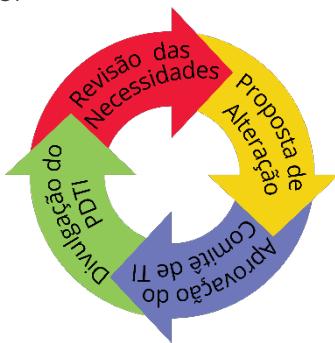


Abrangência do PDTI

Em termos de abrangência, as ações definidas no PDTI atenderão toda a Fundação Casa de Rui Barbosa, em consonância com os demais órgãos, entidades e autarquias vinculados ao Ministério da Cultura. No âmbito da FCRB, devem ser considerados como parte do PDTI, a Coordenação Geral de Administração, o Centro de Memória e Informação, Centro de Pesquisa e Presidência.

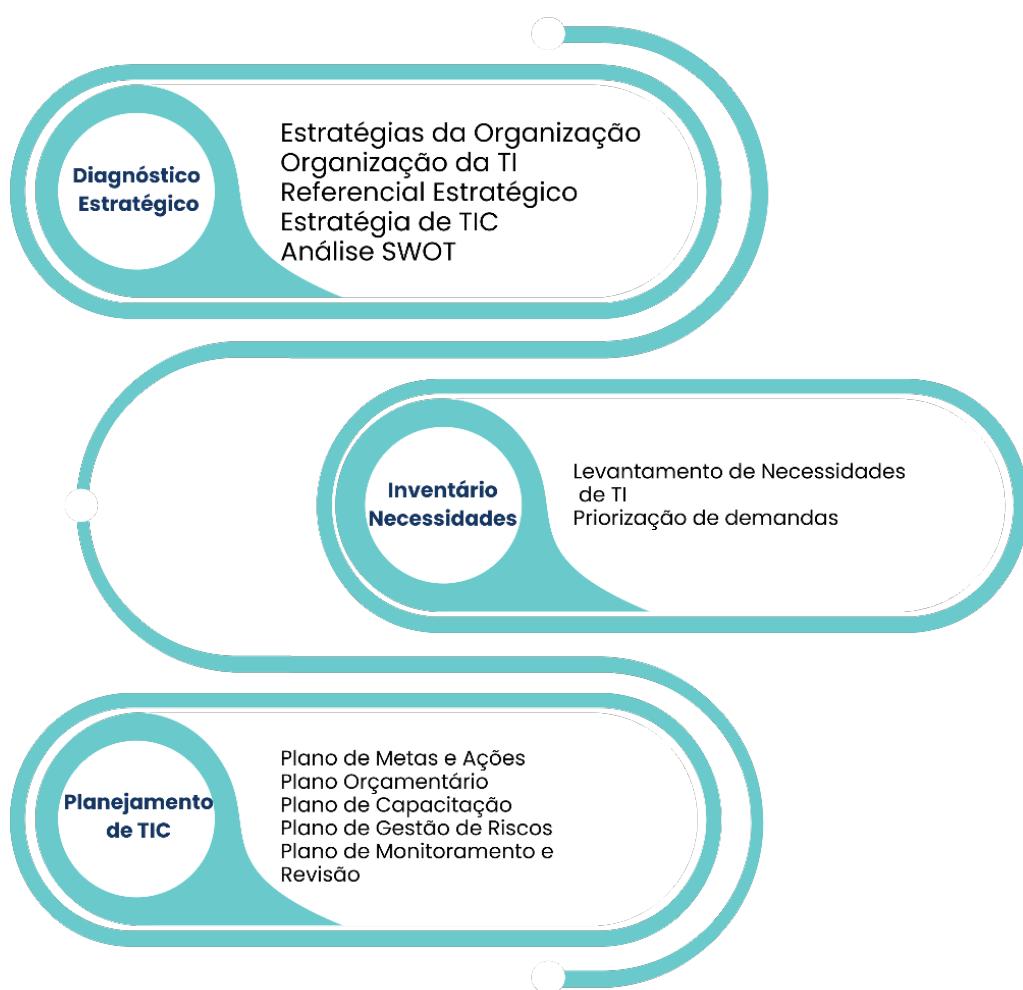
Validade e ciclo de revisão do PDTI

É sugerido que sejam feitas revisões periódicas, com o intervalo de pelo menos uma vez por ano, ou quando se fizer necessário, obedecendo ao ciclo de revisão proposto na figura abaixo:



O período de validade deste PDTI compreende o quadriênio 2025-2028 e a presente elaboração contempla as ações e metas até o final de 2028.

As ações, metas, indicadores e resultados serão monitorados pelo COMITÉ DE GOVERNANÇA da FCRB, e o processo de elaboração do PDTI para o quadriênio seguinte tem previsão de início em junho de 2028, a ser conduzido pela Coordenação de Tecnologia da Informação. Isso permitirá manter atualizado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, e com isso garantir o alinhamento com as necessidades organizacionais da FCRB.



1. Introdução

1.1 Fatores motivacionais para a FCRB elaborar o PDTI

As melhores práticas relacionadas à governança de TI orientam que as organizações públicas e privadas elaborem um planejamento no qual estejam relacionadas às metas a serem alcançadas e as ações previstas, com o fim de realizar uma gestão efetiva dos recursos de TI e alcançar os resultados desejados para área de TI, contribuindo para os objetivos organizacionais.

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), atualmente Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), motivado por acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), publica desde 2006, Decretos, Instruções Normativas e documentos de suporte ao planejamento das atividades de Tecnologia da Informação (TI) dos órgãos que compõem a Administração Pública Federal (APF). Neste sentido, a SGD, tendo por competência “definição de políticas e diretrizes, por orientar normativamente e supervisionar as atividades de gestão dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do sistema no âmbito da Administração Pública Federal (APF) direta, autárquica e fundacional”, vem coordenando atividades e ações do governo, como o Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e as Estratégias Gerais de Tecnologia da Informação (EGTI), culminando com a emissão da Instrução Normativa nº 01, de 04 de abril de 2019, e suas alterações, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TI pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

As Contratações de Soluções de TI devem ser precedidas de planejamento, em harmonia com o PDTI, alinhado à estratégia do órgão ou entidade e previstas no Plano de Contratações Anual (PCA), nos termos do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

O Art. 2º, inciso XXV, da Instrução Normativa nº 01, de 04 de abril de 2019, define o PDTI como sendo um “instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa a atender às necessidades de informação de um órgão ou entidade para um determinado período”. Elaborado com base nos elementos antes referidos, assim como, à partir da avaliação de fatores ambientais internos e externos de diferentes agentes da Instituição e de outras, direta ou indiretamente envolvidas na área de atuação desta Fundação, este documento, além de traçar as diretrizes, alinha suas prioridades àquelas definidas pelo atual Governo Federal.

Ademais, cabe destacar que o PDTI deve estar alinhado à Estratégia de Governo Digital (EGD) do Governo Federal e ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI), conforme Art. 6º, inciso II, da Portaria SGD/ME nº 778, 4 de abril de 2019, e sua alteração, que dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP, de forma a contribuir para aumentar a efetividade da geração de benefícios para a sociedade brasileira por meio da expansão do acesso às informações governamentais, da melhoria dos serviços públicos e da ampliação da participação social.

O PDTI representa um instrumento de gestão para a execução das ações e projetos de TI da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é

considerado mais relevante e, por fim, melhorar a qualidade do gasto público e o serviço prestado ao cidadão e à sociedade como um todo. Por esse motivo, é mandatório mantê-lo atualizado, para que o seu propósito não perca a relevância frente às necessidades e demandas institucionais.

No cenário atual de constantes mudanças, o PDTI é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades.

1.2 Alinhamento

O PDTI tem o objetivo de estabelecer, durante o período de vigência, uma estrutura tecnológica que viabilize a criação de novas soluções para atender quatro grandes eixos: pela vertente do ensino, Mestrado Profissional em Memória e Acervos; pela vertente da preservação, a continuidade das obras e projetos de ampliação, restauração e revitalização do conjunto arquitetônico e paisagístico da Casa de Rui Barbosa; pelo lado da democratização da informação, o programa de acesso digital ao acervo da FCRB; e pelo eixo da pesquisa, a produção de conhecimento e a reflexão sobre a cultura brasileira e sobre as políticas públicas de cultura.

2. Termos e abreviações

Siglas

SIGLA	Significado
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU	Advocacia-Geral da União
APF	Administração Pública Federal
CGE	Centro de Gestão
CMI	Centro de Memória e Informação
COBIT	Control Objectives for Information and Related Technologies
CP	Centro de Pesquisa
CPD	Centro de Processamento de Dados
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DDC	Divisão de Difusão Cultural
DDD	Discagem Direta a Distância
DDI	Discagem Direta Internacional
DPO	Divisão de Planejamento e Orçamento
EGD	Estratégia de Governança Digital
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
e-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
e-PING	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
FCPE	Funções Comissionadas do Poder Executivo
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
GLPI	Gestion Libre de Parc Informatique
GT	Grupo de trabalho
ID	Identificação
IN	Instrução Normativa
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCRB	Museu Casa de Rui Barbosa
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

OCS Inventory NG	Open Computer and Software Inventory Next Generation
PABX	Private Automatic Branch Exchange
PCTIC	Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEN	Processo Eletrônico Nacional
PenSei Digital	Nome do projeto de implementação do Processo Eletrônico Nacional na FCRB
PMBOK	Project Management Body of Knowledge
PMI	Project Management Institute
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
Posic	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA	Plano Plurianual
PPGMA	Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
SAHI	Serviço de Arquivo Histórico e Institucional
SARH	Serviço de Administração de Recursos Humanos
SASG	Serviço de Administração de Serviços Gerais
SEOF	Serviço de Execução Orçamentária, Contábil e Financeira
SETIC	Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicações
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLIC	Serviço de Licitações e Contratos
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicações

Glossário

Alinhamento estratégico	Assegura o alinhamento dos planos da TI com os de negócio e alinha a operação e as entregas da TI com as operações da organização.
Análise de SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). É uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário – ou análise de ambiente –, sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa (https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT).
Área de TIC	Termo que abrange todos os serviços e recursos de tecnologia de informação e comunicações, sejam recursos humanos, tecnológicos, computacionais, informacionais ou unidades administrativas.
Backup	Cópia de segurança de arquivos digitais.
Bacula	Bacula é um <u>software</u> livre que permite que você – ou o administrador de sistema – administre <i>backup</i> , restauração e verificação dos dados de computadores em uma rede de sistemas mistos (http://www.bacula.com.br/capitulo-v-%E2%80%93-principais-caracteristicas-do-bacula/).
Boa/melhor prática	Existência de consenso geral de que a aplicação correta de habilidades, ferramentas e técnicas podem aumentar as chances de sucesso em uma ampla gama de projetos (Guia PMBOK. 4.ed. 2008) (http://www.portal-administracao.com/2014/01/entendendo-o-guia-pmbok.html)
Capacitação	Processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais (EGD 2016-2019, SISP). (http://www.planejamento.gov.br/EGD/arquivos/Estrategia-de-Governanca-Digital.pdf)

COBIT	Control Objectives for Information and Related Technologies é <i>framework</i> de boas práticas criado pela ISACA – Information Systems Audit and Control Association – para a governança de tecnologia de informação (TI). Possui uma série de recursos que podem servir como um modelo de referência para governança da TI e do negócio, incluindo um sumário executivo, um <i>framework</i> , objetivos de controle, mapas de auditoria, ferramentas para a sua implementação e, principalmente, um guia com técnicas de gerenciamento (https://pt.wikipedia.org/wiki/COBIT).
CPD	Sigla para centro de processamento de dados, que remete à década de 1970, quando os dados eram processados no final do expediente por meio de processos em <i>batch</i> (processamento em lote). Neste PDTI, refere-se à local similar ao <i>data center</i> , porém não segue as mesmas normas técnicas deste no que se refere a segurança física, padrões elétricos e de cabeamento estruturado.
Dados abertos	Segundo a definição da Open Knowledge Foundation, dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribui-los, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar a mesma licença. Isso geralmente é satisfeito pela publicação dos dados em formato aberto e sob uma licença aberta (EGD 2016-2019, SISP). (http://www.planejamento.gov.br/EGD/arquivos/Estrategia-de-
<i>Data center</i>	O <i>data center</i> é um ambiente projetado para abrigar servidores e outros componentes, como sistemas de armazenamento de dados (<i>storages</i>) e ativos de rede – <i>switches</i> , roteadores (https://www.telecorp.com.br/glossario/data-center/). Atende às mais rigorosas normas técnicas de segurança física, de padrões elétricos e cabeamento estruturado.
<i>Helpdesk</i>	<i>Helpdesk</i> (literalmente “balcão de ajuda”) é um termo da língua inglesa que designa o serviço de apoio a usuários para suporte e resolução de problemas técnicos, de informática, telefonia e tecnologias de informação; ou pré e pós-vendas (https://pt.wikipedia.org/wiki/Help_desk).

Interoperabilidade	No contexto deste documento, interoperabilidade é a capacidade de um sistema, informatizado ou não, de se comunicar de forma transparente – ou o mais próximo disso – com outro sistema, semelhante ou não (Wikipédia. Acesso em: 10 dez. 2015). (https://pt.wikipedia.org/wiki/Interoperabilidade).
ITIL	Information Technology Infrastructure Library (ITIL) é um conjunto de boas práticas para serem aplicadas na infraestrutura, operação e gerenciamento de serviços de tecnologia da informação – ITSM (https://pt.wikipedia.org/wiki/Information_Technology_Infrastructure_Library).
Padrão de interoperabilidade	Um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicações, estabelecendo as condições de interação entre sistemas ou recursos computacionais.
Gestão de riscos	Permite que a organização reconheça todos os riscos (e oportunidades) derivados da TI para o negócio e que decida e tenha planos para mitigá-los na medida em que julgue necessário.
GLPI	Gestion Libre de Parc Informatique é uma solução <i>software</i> livre de gerenciamento de ativos de TI e <i>helpdesk</i> . GLPI é uma aplicação <i>web</i> completa para gerenciar todos os seus problemas de gerenciamento de ativos de TI: gerenciar o inventário de componentes de um parque de computador de <i>hardware</i> e <i>software</i> para gestão de suporte ao usuário (http://glpi-project.org/).
Governança de TI	Consiste em aspectos de liderança, estrutura organizacional e processos que garantam que a área de TI da organização suporte e aprimore os objetivos e as estratégias da organização. É de responsabilidade dos executivos e da Alta Direção (COBIT 4.1). (http://www.tjdft.jus.br/institucional/controle-interno/boas-praticas/cobit/at_download/file).
Governança digital	Utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão, e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz (Verma et al., National Informatics Centre of India, 2005). (http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A157266644015729B5C57D768B).

Infraestrutura de TIC	Alicerço tecnológico que suporta os serviços de TI utilizados pela organização, compreendendo <i>hardware</i> , <i>software</i> e redes de comunicação.
Inovação	Inovação significa novidade ou renovação, referindo-se a uma ideia, método ou objeto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores. Pode ser também definida como fazer mais com menos recursos, por permitir ganhos de eficiência em processos – produtivos, administrativos, financeiros ou na prestação de serviços –, potencializar e ser motor de competitividade (EGD 2016-2019, SISP).
LOA	É na Lei Orçamentária Anual (LOA) que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento, mas nem tudo é feito pelo Governo Federal (http://www.orcamentofederal.gov.br/perguntasfrequentes/o-que-e-lei-orcamentaria-anual-loa).
OCS Inventory NG	Open Computer and Software Inventory Next Generation (OCS Inventory NG) é um <i>software</i> livre que permite aos usuários inventariar ativos de TI. O OCS-NG coleta informações sobre o <i>hardware</i> e o <i>software</i> das máquinas em rede, executando um programa cliente do OCS ("OCS Inventory Agent"). O OCS pode visualizar o inventário por meio de uma interface web. (https://pt.wikipedia.org/wiki/OCS_Inventory).
Objetivos estratégicos	São os resultados quantitativos e/ou qualitativos, expressos normalmente com o verbo no infinitivo, que a TI do MCTI se propõe a alcançar num determinado espaço de tempo, de forma a direcionar a organização na direção estratégica que ela pretende ir. O objetivo completo envolve uma meta, que indica o alvo a ser atingido pelo objetivo.
Outsourcing de impressão	É a locação de impressoras na FCRB. O seu custo de manutenção e a substituição de suprimentos ficam a cargo da empresa contratada; a cobrança é realizada pela quantidade de impressões e cópias realizadas.

PCTI	Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação É uma ferramenta de planejamento a ser consolidada pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal – SISP (https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-acao/governo/sistema-de-administracao-dos-recursos-de-tecnologia-da-informacao-sisp/ncti-nucleo-de-contratacoes-de-)
PEN	Processo Eletrônico Nacional. É uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos, objetivando a melhoria no desempenho dos processos do setor público, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do usuário e redução de custos
PMBOK	O guia Project Management Body of Knowledge (PMBOK) é um conjunto de práticas na gestão de projetos organizado pelo instituto PMI, e é considerado a base do conhecimento sobre gestão de projetos por profissionais da área.
PPA	Plano Plurianual. O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas (http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-eacute-o-ppa).
Processo	Conjunto definido de atividades ou comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar uma ou mais metas. Os processos são disparados por eventos específicos e apresentam um ou mais resultados que podem conduzir ao término do processo ou a outro processo. Processos são compostos por várias tarefas ou atividades inter-relacionadas e consomem recursos na sua execução – tempo, dinheiro, materiais (BPM-CBOK). (@adownload/file/METODOLOGIA_GERENCIAMENTO_PROJETOS_DPF.pdf).

Risco	Em negócios, o potencial de que certa ameaça irá explorar as vulnerabilidades de um recurso ou grupo de recursos para causar perda e/ou prejuízos.
Segurança da informação e comunicação	Ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.
Streaming	A tecnologia <i>streaming</i> é uma forma de transmissão instantânea de dados de áudio e vídeo através de redes. Por meio do serviço, é possível assistir a filmes ou escutar música sem a necessidade de fazer <i>download</i> , o que torna mais rápido o acesso aos conteúdos <i>online</i> (http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/05/conheca-o-streaming-tecnologia-que-se-popularizou-na-web.html).
Tecnologia da informação	Ativo estratégico que apoia processos de negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações
Tecnologia da informação e comunicações	Recursos necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações (NBR ISO/IEC 38500: 2009). (http://www.sti.ufc.br/governanca-de-ti/).
Totens	Terminais com altura média de 1,60 metro, dotados de tela na parte superior e softwares de interação para que a pessoa vá, sozinha, encontrando o caminho para obter o serviço, a informação ou o resultado que deseja (http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/totens-ganham-espao-nos-servios-pblicos).
Usuário	Uma pessoa que usa o serviço de TI no dia-a-dia. Usuários são diferentes de clientes, pois alguns clientes não usam o serviço de TI diretamente. (ITIL, v.3). (http://www.pmgacademy.com/pt/glossario-itil/U).
Zabbix	O Zabbix é um software que monitora vários parâmetros da rede, dos servidores e da saúde dos serviços. Utiliza-se de um mecanismo flexível de notificação que permite configurar alertas por e-mail para praticamente qualquer evento. As notificações permitem que se reaja rapidamente a problemas no ambiente (https://www.zabbix.com/documentation/3.0/pt/manual/introduction/about).

3. Metodologia aplicada

A metodologia adotada para o desenvolvimento do PDTI baseou-se na leitura de uma série de documentos que serão mencionados no próximo item, mas destacamos a experiência do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sistematizada no *Guia de elaboração do PDTI do SISP*, elaborado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O *Guia* disponibiliza um modelo que auxilia a construção de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação de forma simples e concisa, dando subsídio à gestão dos órgãos da Administração Pública Federal. O PDTI da FCRB – triênio 2017-2019 – também foi utilizado como fonte para a elaboração deste documento, além da consulta aos PDTIs de alguns órgãos.

A comissão constituída, além da leitura dos documentos citados e os de referência, reuniu-se periodicamente e realizou consultas às unidades organizacionais da Fundação.

A comissão constituída para elaboração do PDTI 2025-2028 resolveu subdividir-se em subgrupos de trabalho, de forma que seus membros pudessem analisar aspectos específicos do PDTI.



4. Documentos de referência

Para a elaboração do PDTI, foram observadas as informações existentes nos documentos internos, leis, decretos, portarias, instruções normativas e acórdãos do TCU, que regulamentam e orientam o desenvolvimento das atividades relacionadas à tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Federal. Também, foram analisados documentos de gestão que norteiam as atividades desenvolvidas para subsidiar na definição do modelo de gestão e identificação de estratégias estabelecidas pela FCRB. Desta forma, a principal preocupação na elaboração do PDTI foi constituir um documento alinhado com as principais recomendações do Governo Federal, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle, bem como as diretrizes e políticas definidas pelo Ministério da Cultura e pela própria Fundação Casa de Rui Barbosa.

4.1. Documentos de gestão de TI e governança da FCRB

- Estatuto ([Decreto Nº 11.179, de 22 de agosto de 2022](#))
- Alteração do Estatuto ([Decreto Nº 12.159, de 2 de setembro de 2024](#)).
- Regimento Interno ([Portaria FCRB Nº 23, de 22 de novembro de 2024 - Publicado em: 02/12/2024 | Edição: 231 | Seção: 1 | Página: 60](#))
- Organograma oficial atualizado da FCRB.
- Planejamento Estratégico da FCRB.
- PPA.
- LOA.
- PTD.
- PLANO NACIONAL DE CULTURA.

4.2. Referência técnica e legal

[Lei federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 \(Lei do Governo Digital\)](#)

[Lei complementar nº 182, de 1º de junho de 2021](#), institui **o marco legal das startups**

[Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024](#) - Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital – Rede Gov.br e institui a Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027.

[Decreto nº 10.996, de 14 de março de 2022](#) - Altera o [Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020](#), que institui a **Estratégia de Governo Digital** para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Decreto nº 10.782, de 30 de agosto de 2021](#) - Altera o Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da **Estratégia Brasileira para a Transformação Digital**.

[Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020](#) - institui a **Estratégia de Governo Digital** para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

[Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020](#) - regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da [Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019](#), e no art. 2º-A da [Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012](#), para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;

[Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019](#) - institui o **portal único "gov.br"** e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal.

[Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019](#) - institui o **Plano Nacional de Internet das Coisas** e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas;

[Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018](#) - institui a **Política Nacional de Segurança da Informação**, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de

junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional;

Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018 - institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabeleceu a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação digital (**E-digital**).

Portaria SGD/MGI nº 4.248, de 26 de junho de 2024 - Estabelece recomendações para o alcance dos objetivos da Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027.

Portaria SGD/MGI nº 4.444, de 27 de junho de 2024 - Estabelece diretrizes para a comunicação personalizada em canais digitais pessoais, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e cria o Comitê Gestor da Comunicação Personalizada

Portaria Conjunta SGD-SEST/MGI nº 39, de 18 de junho de 2024 - Dispõe sobre a execução do Projeto de Transformação Digital EstataisGov.

Portaria SGD/ME nº 548, de 24 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre a avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos e estabelece padrões de qualidade para serviços públicos digitais no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

Portaria Interministerial SEME/SGPR SGD/SEDGG/ME nº 1, de 7 de agosto de 2020 - Estabelece parâmetros para acompanhamento da execução da Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e aprova planos de Transformação Digital.

Portaria nº 39, de 9 de julho de 2019 - dispõe sobre procedimentos para a **unificação dos canais digitais** e define regras para o procedimento de registro de endereços de sítios eletrônicos na internet e de aplicativos móveis do Governo Federal;

Portaria nº 23, de 4 de abril de 2019 - dispõe sobre diretrizes, competências e condições para adesão à **Rede Nacional de Governo Digital**;

Portaria nº 11/SLTI, de 30 de dezembro de 2008 - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação 2008.

Resolução nº 1, de 23 de Outubro de 2012 - Aprova a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) para o triênio 2013-2015.

5. Princípios e diretrizes

A seguir, são apresentados os princípios e as diretrizes que balizarão a elaboração do PDTI da FCRB.

Os princípios e diretrizes representam as estratégias relevantes com as quais a área de TI deve se alinhar.

Os princípios e diretrizes devem ser observados e seguidos durante toda a elaboração do PDTI, pois são eles que permearão todas as decisões ao longo do processo de elaboração e execução do Plano.

O alinhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação com o Plano de Ação da Fundação Casa de Rui Barbosa é um fator primordial para que as ações descritas no PDTI possam ser implementadas, visando ao atendimento das metas e objetivos institucionais da FCRB, estabelecidos pelo PPA e PNC, e às determinações e orientações governamentais no campo das tecnologias de informação, em conformidade com as Instruções Normativas e Leis da APF e as estabelecidas pela **Estratégia Federal de Governo Digital (2024-2027)** [**DECRETO Nº 12.198, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024**](#)

Princípios e Diretrizes

Princípio é a razão fundamental, o elemento central ou, ainda, a base sobre a qual se assenta qualquer matéria ou tema. Constituem proposições estruturantes para determinado fim (padrões de conduta). No contexto do presente PDTI, foram adotados os princípios descritos na **Estratégia Federal de Governo Digital (2024-2027)**.

Diretrizes são linhas que definem e regulam o caminho a ser trilhado. De um ponto de vista mais prático, são instruções ou indicações para se estabelecer o plano e as ações necessárias para se alcançar os objetivos do PDTI.

Princípios



Governo Centrado no Cidadão e Inclusivo



Governo Integrado e Colaborativo



Governo Inteligente e Inovador



Governo Confiável e Seguro



Governo Transparente, Aberto e Participativo



Governo Eficiente e Sustentável

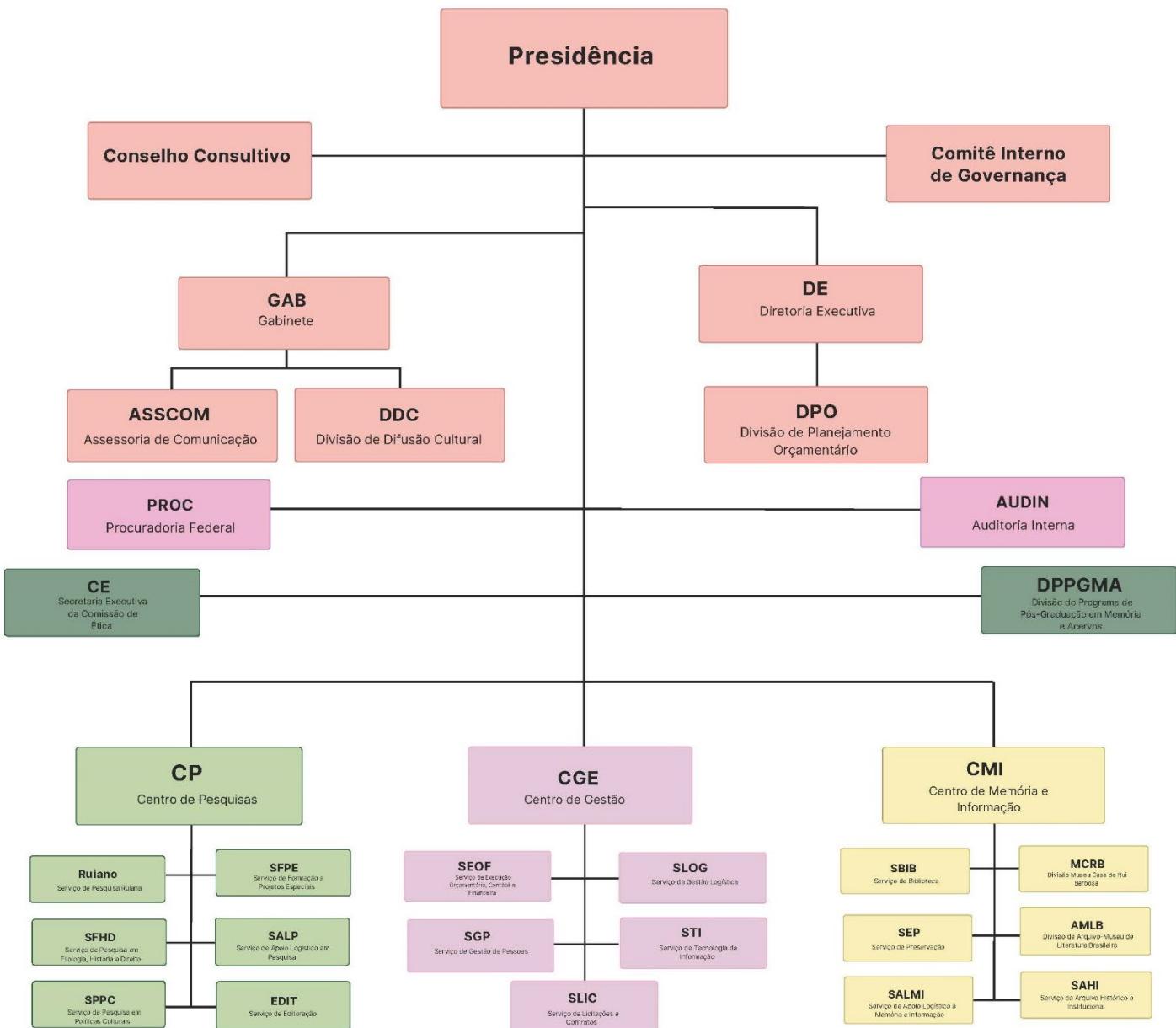
Diretrizes



- | | |
|-----|--|
| D1 | Buscar excelência, inovação e criatividade na gestão. |
| D2 | Estudar, gerir, incentivar e manter políticas públicas por meios eletrônicos. |
| D3 | Garantir que as propostas orçamentárias de TI sejam elaboradas com base em planejamento e alinhadas com os objetivos estratégicos da FCRB. |
| D4 | Investir no aumento da produtividade e otimização dos recursos de TI, inclusive buscando a melhoria contínua da sua infraestrutura. |
| D5 | Promover a governança de TI. |
| D6 | Promover a melhoria dos sistemas de informação. |
| D7 | Estimular a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar padronização, integridade e segurança |
| D9 | Garantir a disponibilidade, a segurança e a integridade da informação. |
| D10 | Promover a capacitação e o aprimoramento da equipe de TI. |
| D11 | Aprimorar as mídias sociais e demais canais de comunicação institucional de forma organizada e estratégica |
| D10 | Buscar a integração com os sistemas de gestão governamental. |

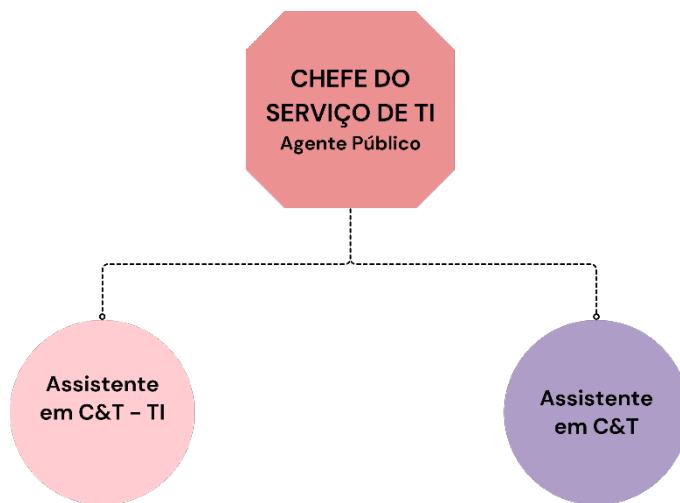
6. Organização da TI

Organograma institucional



Organograma de TI

Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) possui três servidores efetivos com a seguinte composição:



Atividades desenvolvidas pela TI

- Publicação, manutenção e sustentação e operacionalização do portal FCRB e sites afins
- Atuação como Administrador Institucional Supervisor do sistema e-Agendas;
- Participação de reuniões da Secretaria de Governo Digital (SGD), do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e afins;
- Confecção do Plano de Ação do STI para atendimento de demandas de órgãos de controle e estabelecimento de cronograma para atendimento de projetos;
- Gerenciamento do Acordo de Cooperação entre a FCRB e a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), que trata do uso da infraestrutura de uso da internet na FCRB por meio de link de banda larga.
- Gerenciamento dos recursos da rede de computadores, firewall, DNS entre outros
- Suporte a software e equipamentos de TI alocados na FCRB
- Suporte a todos os servidores/colaboradores na solução de problemas de TI

- *Backup*
- Gestão e fiscalização dos seguintes contratos:

Data center

Serviço de correio eletrônico

Portal

Outsourcing de impressão

Suporte Tecnológico

Certificado Digital

- Manutenção dos sistemas de TI
- Desenvolvimento de soluções de TI
- Administração, manutenção e atualização do PenSei – Processo Eletrônico Nacional
- Participação no Comitê do SEI
- Participação no Comitê do Programa de Qualidade de Vida
- Participação no Comitê Permanente de Dados Abertos
- Participação no Grupo de Trabalho de TI
- Fiscalização técnica nos contratos de tecnologia da informação
- Cadastramento para controle de acesso de pessoas às dependências da FCRB

Inventário dos recursos de TI

O inventário dos recursos de TI está implementado, mantido e atualizado por meio da adoção de aplicações de *software* livre que permitem o seu registro de localização, apesar da necessidade de alinhamento com o *software* de controle de patrimônio como instrumento de validação das informações apresentadas, e de complementação dos ativos não alcançados pela detecção dos ativos existentes.

Comitês criados

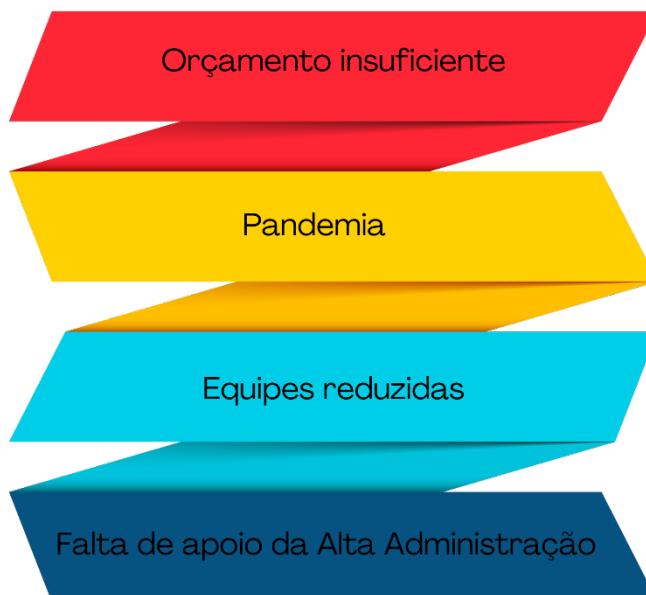
Comitê	Finalidades	Legislação
Comissão de Elaboração do Plano Diretor da Tecnologia da Informação e da FCRB	Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) de 2017 a 2019.	Portaria 15, de 30 de julho de 2024
Comitê de Tecnologia da Informação	Promove o uso estratégico da informação na organização, direcionando, monitorando e avaliando a gestão de TI, para que esteja harmonizado com os objetivos organizacionais.	Portaria nº 102, de 13 de dezembro de 2016

7. Resultado do PDTI anterior

Os membros do grupo optaram por analisar o documento do PDTI anterior (de 2017-2019 e prorrogado até 2023) de uma forma geral.

Muitos foram os projetos realizados. Mas, alguns não foram possíveis concluir ou até mesmo começar seu processo.

A não conclusão de alguns projetos foi causada por diversos fatores. Primeiramente, o orçamento insuficiente comprometeu a execução das etapas planejadas. Além disso, a pandemia impactou significativamente a continuidade das atividades, trazendo desafios inesperados e restrições operacionais. A equipe reduzida também afetou a capacidade de entrega, dificultando o cumprimento dos prazos e metas estabelecidas. Por fim, a falta de apoio da alta administração limitou o alinhamento estratégico e a mobilização de recursos essenciais para a finalização dos projetos.



8. Referencial estratégico de TI

8.1 Missão da FCRB

Preservar e dar acesso à obra de Rui Barbosa, ao seu acervo e ao de personalidades de destaque para o país, promovendo a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento sobre temáticas relevantes para a história e a memória do Brasil.

8.2 Competência regimental

COMPETÊNCIA REGIMENTAL

- ✓ Propor ações de capacitação projetos, serviços e inovações em Tecnologias de Informação - TI
- ✓ Gerenciar e executar suporte técnico aos usuários de TI;
- ✓ Especificar e acompanhar a aquisição de recursos TI;
- ✓ Gerenciar os recursos de TI visando atender às demandas da FCRB, assegurando a utilização de forma eficiente e responsável; propor ações de padronização e normatização para o uso e manutenção dos recursos de TI;
- ✓ Executar e controlar os processos de especificação e manutenção/sustentação de aplicações de TI para a FCRB;
- ✓ Controlar o processo de desenvolvimento de aplicações de TI para a FCRB;
- ✓ Participar da elaboração e da execução das políticas, diretrizes e normas de TI, estabelecer, monitorar e controlar, para clientes externos e internos, os níveis de serviços acordados;
- ✓ Avaliar os riscos que envolvam os recursos de TI;
- ✓ Identificar os objetivos estratégicos da FCRB que influenciarão a TI;
- ✓ Avaliar a capacidade para mudanças de recursos de TI, em razão de inovações tecnológicas;
- ✓ Estabelecer o portfólio de TI, em conjunto com a alta administração.

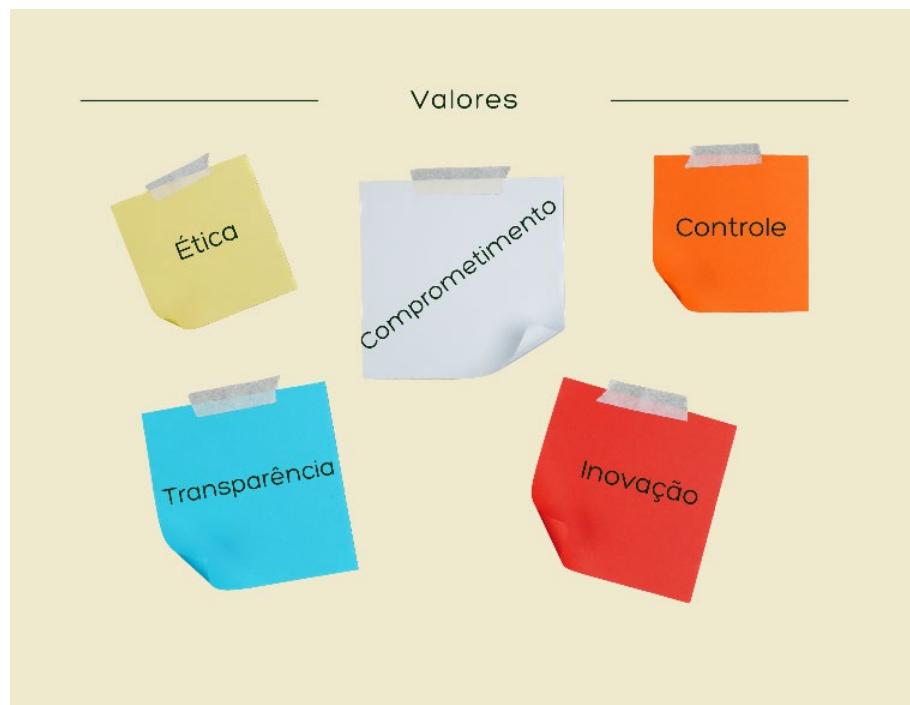
8.3 Visão

VISÃO

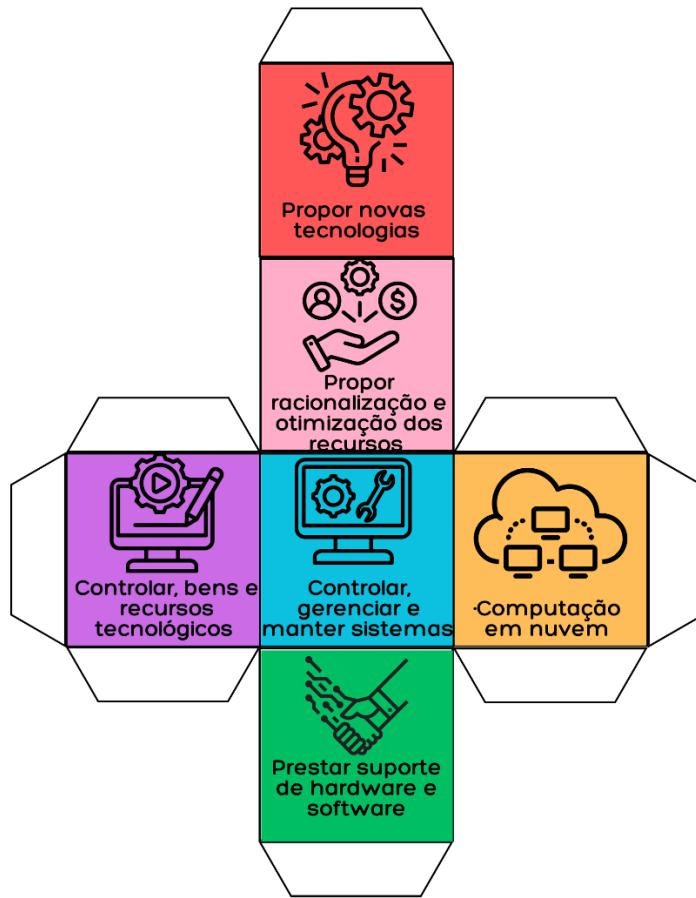
Vinculação da área de TI diretamente à Presidência devido ao seu papel cada vez mais estratégico na instituição

Ampliação da área de TI, contemplando subáreas específicas, tais como desenvolvimento, administração de banco de dados, administração de rede, suporte técnico, gestão de riscos e segurança da informação

8.4 Valores



8.5 Objetivos Estratégicos



8.6 Análise de SWOT

O entendimento do ambiente onde a área de TI opera é fundamental para o planejamento das metas e ações futuras.

Desse modo, foi realizada uma análise do cenário atual da área de TI da FCRB a partir da técnica SWOT, identificando as forças (*strengths*) e as fraquezas (*weaknesses*) atuais dos processos internos da área de TI, bem como as oportunidades (*opportunities*) decorrentes de fatores favoráveis verificados no ambiente onde a área de TI opera, e as ameaças (*threats*) decorrentes de fatores desfavoráveis do ambiente externo.

ANÁLISE DE SWOT			
Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
<p>Comprometimento da atual equipe. Equipe qualificada. Apoio da Alta Direção.</p> <p>Maior engajamento dos requisitantes para acompanhar e implementar as necessidades.</p> <p>Aquisição de equipamentos com garantia estendida em consonância com os critérios de atualização do parque tecnológico da Fundação.</p> <p>Melhoria da credibilidade da TI no âmbito das áreas finalísticas e de gestão.</p>	<p>Quantitativo insuficiente. Falta de especialistas em algumas áreas de TI. Falta de disponibilização orçamentária específica para a área de TI. Incerteza de novas contratações por meio de concurso público. Escassez de processos e metodologias bem definidos. Ausência de uma área específica para Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos.</p>	<p>Reconhecimento da TI como área estratégica pela Administração Pública Federal.</p> <p>Disponibilidade de diretrizes, normas, padrões e melhores práticas em governança de TI para órgãos públicos pela SLTI/MP.</p> <p>Recomendações de aprimoramento de TI por parte dos órgãos de controle.</p> <p>Oferta de capacitação de servidores por entidades públicas.</p> <p>Possibilidade de uso de soluções disponíveis no portal do software público.</p> <p>Possibilidade de desenvolvimento de projetos de cooperação científico-tecnológica com outros órgãos públicos.</p> <p>Reengenharia da área de TI.</p>	<p>Contingenciamento e cortes orçamentários.</p> <p>Possibilidade de mudanças de diretrizes políticas econômicas e legislativas, capazes de interromper, afetar ou descontinuar demandas em execução.</p> <p>Política insuficiente de ampliação e reposição do quadro de pessoal, no caso de perdas com aposentadoria, entre outros.</p> <p>Surgimento de demandas não programadas.</p> <p>Mudança na alta gestão da Fundação.</p> <p>Dependência de fornecedores de produtos e serviços.</p> <p>Aumento exponencial da demanda da instituição.</p>

9. Alinhamento com a estratégia da organização

As dinâmicas apresentadas pelas necessidades públicas fazem com que as instituições aprimorem seus processos gerenciais em um ritmo acelerado. Portanto, é de suma importância que os objetivos setoriais estejam alinhados com os objetivos estratégicos da instituição, sob pena de perder o norte da sua missão. Atualmente, a tecnologia e a informação são as bases dos processos gerenciais presentes nos diversos níveis organizacionais, e uma das ferramentas institucionais para o alcance dos objetivos é o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI).

O alinhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) é condição *sine qua non* para que as ações expressas no PDTI estejam em direção ao alcance das metas institucionais.

Os princípios e diretrizes para o quadriênio foram obtidos por meio da consulta aos documentos de planejamento da FCRB, em consonância com os objetivos do Ministério da Cultura, do Sistema Nacional de Cultura, o que se traduz ainda nos objetivos, missão, visão, valor público e valores da FCRB, a saber

Objetivos Estratégicos da FCRB:

1. promover a publicação sistemática da obra de Rui Barbosa e de sua crítica e interpretação, assim como de estudos científicos, artísticos e literários;
2. manter o museu e a biblioteca Rui Barbosa acessíveis ao uso e à consulta públicos;
3. promover estudos, conferências, reuniões ou prêmios que visem à difusão da cultura e da pesquisa;
4. promover estudos e cursos sobre assuntos jurídicos, políticos, filológicos ou outros relacionados com a obra e a vida de Rui Barbosa;

5. colaborar com instituições nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua finalidade;
6. colaborar, quando solicitada, com os entes federativos, inclusive no âmbito do Sistema Nacional de Cultura e, mediante convênio ou acordo, prestar os serviços pertinentes às suas atividades; e
7. celebrar o Dia de Rui Barbosa em 5 de novembro.

Missão da FCRB:

Preservar e dar acesso à obra de Rui Barbosa, ao seu acervo e ao de personalidades de destaque para o país, promovendo a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento sobre temáticas relevantes para a história e a memória do Brasil.

Visão da FCRB:

Ser reconhecida como o principal órgão público de preservação e divulgação de acervos ruianos e uma das maiores instituições de captação e preservação de acervos privados de autores renomados da Literatura Brasileira, destacando-se na produção de conhecimento e formação acadêmica nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas.

Valor Público da FCRB:

Proporcionar um espaço de acesso à cultura, pesquisa, ensino e lazer, contribuindo para a preservação de acervos, a difusão da memória nacional e o exercício da cidadania.

Valores Institucionais da FCRB:

- Valorização da cultura nacional.
- Inovação.
- Transparência.
- Ética.
- Compromisso com o cidadão.

10. Inventário das necessidades

10.1 Plano de levantamento das necessidades

Inicialmente, como estratégia, aproveitando que o grupo foi composto por servidores de todas as áreas, foi definido que os representantes da Presidência, Administração, Centro de Pesquisa e Centro de Memória e Informação ficassem responsáveis pelo levantamento das demandas de suas respectivas áreas.

A estratégia escolhida alcançou o resultado esperado, sem nenhuma intercorrência.

Neste inventário foram assim identificadas as necessidades de TI alinhadas à estratégia da FCRB com suas prioridades, bem como os requisitantes das demandas e as partes envolvidas. Foram também levantadas soluções já implementadas e as atuais situações. A partir daí, foram definidos criticidade e impacto.

10.2 Necessidades Identificadas

ID	Necessidade	Requisitante	Solução atual / Situação	Criticidade / Impacto
		Envolvidos		
1	Revisão e atualização da Política de Segurança da Informação.	CGE	Posic elaborada em 2019	2 / 2
		Presidência, CGE, CP e CMI		
2	Sistema de Planejamento e Orçamento com interface com o SIAFI. (extração de dados do SIAFI).	CGE	O trabalho é realizado manualmente com auxílio de planilhas.	3 / 3
		CGE e Presidência		
3	Treinamento para extração de dados do SIAPE	SARH	O trabalho é realizado manualmente com auxílio de planilhas.	5 / 5
		Presidência, CGE		
4	Garantia da infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> necessários às atividades das unidades administrativas da FCRB.	CGE	Softwares atualizados, parque computacional renovado	2 / 3
		Presidência, CGE, CP e CMI		
5	Contratação de serviço de transmissão de eventos realizados na sala de cursos e no auditório ao vivo pela internet.	DDC	Não há	3 / 5
		DDC e CGE		

ID	Necessidade	Requisitante Envolvidos	Solução atual / Situação	Criticidade / Impacto
6	Sistema de gerenciamento de seminários/eventos divulgados no portal, incluindo inscrições, submissões e avaliações de trabalhos científicos e emissão de certificados. EX: Even3	CP, CMI e DDC	Realizado manualmente.	5 / 5
		CP, CMI e Mestrado		
7	Sistemas de gestão de contratos, convênios e licitações.	CGE	Em desenvolvimento	5 / 5
		STI		
8	Contratação de empresa para Manutenção do Sistema de Comando e Controle	CGE	Não há	5 / 5
		Presidência,CGE e CMI		
9	Atualização e Manutenção do software do Processo Eletrônico Nacional	CMI	Pensei Digital / Sistema Implantado	5 / 5
		SAHI e STI		
10	Elaboração política de cópia de segurança (Backup) da FCRB	CGE	Não há / Fase de estudo	5 / 5
		Presidência,CGE, CP e CMI		
11	Definição técnica da política de cópia de segurança (Backup) da FCRB	CGE	Bacula / Em Implementação	5 / 5
		STI		
12	Preservação digital de acervos arquivísticos	CMI	Projeto Prodigio em parceria com a Fiocruz em andamento	4 / 2
		SAHI		

ID	Necessidade	Requisitante	Solução atual / Situação	Criticidade / Impacto
		Envolvidos		
13	Migração do sistema de helpdesk	CGE	Sistema implantado por empresa / Migração para um helpdesk de software livre	4 / 3
		STI		
14	Manutenção do sistema de controle do inventário de TI	CGE	OCS com GLPI	5 / 5
		STI		
15	Capacitação da equipe de TI	CGE	Requisição de novos cursos	5 / 5
		CGE		
16	Ampliação da equipe de TI	CGE	Equipe reduzida	4 / 4
		Presidência,CGE		
17	Melhoria da infraestrutura de rede corporativa	CGE	Cabeamento estruturado em alguns pontos apenas da FCRB	2 / 2
		STI		
18	Implantação de Data Center local	DE	Serviço de Data Center contratado com empresa especializada	4 / 4
		CGE		
19	Atualização de Dados Abertos	Diretoria Executiva	Comissão criada e plano aprovado	4 / 4
		Presidência, CGE, CMI e CP		

ID	Necessidade	Requisitante	Solução atual / Situação	Criticidade / Impacto
		Envolvidos		
20	Melhoria do controle de acesso de visitante e arrecadação de ingressos do Museu Casa de Rui Barbosa	CMI	Planilha em excel. Não há cobrança no momento	5 / 5
		MUSEU		
21	Disponibilização do acervo da FCRB via web	CMI, CP e DPPGMA	Equipamentos de digitalização adquiridos e digitalização em andamento	2 / 1
		CMI, CP e DPPGMA		
22	Implementação do Tainacan para gerenciamento das coleções museológicas, arqueológica e paisagística	Museu e AMLB	Utilização do SophiA Biblioteca, sistema não adequado às necessidades do acervo museológico	2 / 3
		CMI		
23	Diversificar a linguagem visual com a disponibilização de exposições virtuais e outras informações referentes ao MCRB	CMI	Equipamentos inoperantes	4 / 3
		CMI		
24	Melhoria do controle do estoque das publicações da Editoração	CP	Parcialmente realizado	5 / 5
		CP e CGE		
25	Melhoria dos sistemas de comunicação institucional	Presidência e DDC	Midias sociais, site e intranet	3 / 3
		Presidência, CGE, CMI e CP		
26	Manutenção do sistema de gestão de informações acadêmicas para cursos de Pós-Graduação	DPPGMA	ATRIO	3 / 3
		DPPGMA		

ID	Necessidade	Requisitante	Solução atual / Situação	Criticidade / Impacto
		Envolvidos		
27	Informatizar o controle dos eventos realizados pela DDC	DDC	Feito manualmente	4 / 4
		DDC e CGE		
28	Implementação de softwares arquivísticos para preservação digital e de ferramenta tecnológica para a disponibilização de informações do acervo arquivístico da FCRB	CMI	Archivematica e Atom / Projeto em andamento	1 / 1
		CMI		
29	Sistema de Gestão de Informações referenciais dos acervos bibliográficos e de preservação da FCRB.	CMI	Sophia. Manutenção e suporte técnico da solução vigentes	1 / 1
		CMI e CGE		
30	Sistema de Gestão de Informações referenciais dos acervos museológicos e de preservação da FCRB.	CMI	Sophia. Manutenção e suporte técnico da solução vigentes	3 / 5
		CMI e CGE		
31	Manutenção de serviços/aplicações WEB	CP e CMI	Sites de conteúdo digital apenas no site antigo da FCRB. Falta de criação de outros sites, como os dos grupos de pesquisa da FCRB. Falta de definição para elaboração e disponibilização de exposições virtuais na plataforma Gov.br	3 / 3
		STI, CP, CMI e Mestrado		
32	Serviço de atualização de software para divulgação online Grandjean de Montigny	CP e CMI Ana pessoa	Não há	3 / 5
		STI, CP, CMI		

ID	Necessidade	Requisitante	Solução atual / Situação	Criticidade / Impacto
		Envolvidos		
33	Sistema de controle de inscrição e acompanhamento de execução do Programa de Bolsas - PIPC e PIC	CP e CMI	Plataforma Lecon (solução insatisfatória)	3 / 3
		CP, CMI e Mestrado		
34	Treinamento do corpo funcional para atuar no conteúdo do portal da FCRB	CP, CMI	Poucas pessoas habilitadas	3 / 5
		CP, CMI, DPPGMA e CGE		
35	Viabilidade da disponibilização de todos os conteúdos digitais do antigo site da FCRB para o modelo Govbr	CP	Incompatibilidade entre os conteúdos disponibilizados e o modelo sugerido pelo Gov.br	3 / 5
		CGE, CP, CMI e DPPGMA		
36	Plataforma para transmissão de eventos (como StreamYard)	DPPGMA, CP, CMI e DDC	Uso do modelo gratuito, trazendo o logo da empresa	3 / 5
		CGE, CP, CMI e DPPGMA		
37	Plataforma para reuniões, eventos e aulas online (como Google Meet)	CP	Uso do modelo gratuito, com restrição de tempo	3 / 5
		CGE, CP, CMI e DPPGMA		
38	Contratação de plataforma de armazenamento para acesso remoto (Nuvem)	CP e CMI	Google drives particulares	3 / 3
		CGE, CP, CMI e DPPGMA		
39	Melhoria da infraestrutura de TI para suporte às aplicações	CGE	Servidores de rede obsoletos. Aquisição em andamento.	5 / 5
		CGE		
40	Link redundante de Internet	CGE	Não há	5 / 5
		CGE		

ID	Necessidade	Requisitante	Solução atual / Situação	Criticidade / Impacto
		Envolvidos		
41	Prover apoio a infraestrutura do Programa de Gestão e Desempenho (PGD)	CGE Presidência, CGE, CMI e CP	Não há - Fase de estudo	3 / 5
42	Parcerias a projetos especiais, como a utilização da inteligência artificial na disseminação dos acervos	CMI AMLB		
43	Ampliação da capacidade de armazenamento do email institucional.	CMI CGE	Capacidade reduzida para cada servidor	2 / 2
44	Ampliação da rede WiFi	CMI CGE		
45	Contratação de serviço de Manutenção do DSPACE - RUBI	CMI AMLB e Biblioteca	Instrução processual em fase final	2 / 2
46	Implantação de novo Terminal Web da Solução Sophia	CMI Biblioteca		
47	Aquisição de sistema de automação da área de guarda	CMI CGE	Revisão e elaboração de novos artefatos processuais para a contratação de manutenção e atualização do sistema	5 / 5

ID	Necessidade	Requisitante	Solução atual / Situação	Criticidade / Impacto
48	Necessidade de software para preenchimento de fichas de diagnóstico personalizáveis, com banco de dados pesquisável.	CMI	Aplicativo particular e planilhas em Excel	5 / 5
		SEP		
49	Sistema de gestão de bolsas	CMI e CP	Não há	3 / 5
		CMI e CP		

11. Capacidade estimada de execução da TIC

A FCRB executa internamente as principais operações de TI sem depender de serviços terceirizados. No entanto, devido aos poucos recursos (pessoal, orçamento e estrutura) disponíveis, adotou a estratégia de ter parte de sua infraestrutura hospedada em *data center* contratado. Tal medida foi uma forma de melhorar a disponibilidade dos serviços, uma vez que a instituição não detinha os meios necessários para tanto. Apesar de a situação de dependência gerada a partir desse modelo ser menos crítica do que a anterior, implica na necessidade de se planejar a instalação de um *data center* interno capaz de suportar toda a estrutura que a casa demanda. Assim, o projeto de construção do novo prédio de guarda e tratamento de acervo foi modificado em 2015 para incluir essas instalações.

Apesar da limitação da estrutura física, do reduzido número da equipe de TI e dos escassos recursos orçamentários e financeiros, a equipe que compõe o Serviço de Tecnologia da Informação (STI) da FCRB tem desenvolvido novos projetos e atividades.

O plano de metas e ações (item 12) considerou essas variáveis, a fim de estabelecer alvos que possam ser atingidos no período de vigência do PDTI.

Diante das necessidades elencadas no item 10 e da priorização realizada, percebe-se que a força de trabalho da STI canaliza seus esforços a fim de aperfeiçoar a gestão de TI, sempre em consonância com o plano de ação institucional da FCRB.

Atualmente, a STI conta com uma equipe composta por 1 servidor do quadro efetivo específico, 1 servidor administrativo do quadro efetivo e um chefe

com cargo de comissão, e com os seguintes recursos para executar todas as demandas de TI da FCRB:

PROCESSOS DE GERENCIAMENTO

Processo de gerenciamento	Infraestrutura	Método
<ul style="list-style-type: none"> • Backup • Monitoramento da rede • Sistema para atendimento de usuários. • Documentação de TIC • Levantamento de ativos de TI (tangíveis e intangíveis). • Previsibilidade para aquisição de novas estações de trabalho. • Ferramenta de gerenciamento de projetos de TI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Bacula • Zabbix • Sistema de helpdesk • GLPI • OCS Inventory • GLPI • GLPI 	<ul style="list-style-type: none"> • Contingenciamento para recuperação de dados. • Análise e resposta a incidentes dos ativos de rede. • Acompanhamento das solicitações de usuários. • Documentar procedimentos e ações de TI. • Coleta, por meio de agente nos computadores, das informações de hardware e software. • Integração com OCS Inventory para importação dos dados coletados pelo agente e inserção de data de aquisição do ativo de TI e com período de garantia. • Inserção e acompanhamento dos projetos da área de TI.

Infraestrutura		
Descrição	Quantidade	Status
Servidores de rede físicos	10	Hospedados na FCRB.
Servidores de rede físicos	4	Hospedados no data center contratado.
Servidores de rede virtuais	14	Hospedados na FCRB.
Servidores de rede virtuais	7	Hospedados no data center contratado.
Estações de trabalho	240	Distribuídas em todos os setores da FCRB.
Serviço de outsourcing de impressão	7	Contrato ativo podendo ser renovado até dez/2019.
Impressoras pessoais	4	Instaladas em alguns setores críticos.
Média de chamados mensais no helpdesk	75	Todo atendimento é realizado por meio dos chamados.
Gestão de contratos	7	Está distribuída por toda a equipe de TIC.

12. Plano de Metas e Ações

As necessidades a seguir estão listadas por ordem de prioridades estabelecida pela Diretoria, conforme planilha das necessidades identificadas.

Id	Necessidade	Ações
N1	Revisão e atualização da Política de Segurança da Informação.	Meta 1 - Posic atualizada A1.1 - Publicar portaria para constituir GT para atualização da POSIC A1.2 - Reunir grupo de trabalho A1.3 - Minutar Posic A1.4 - Aprovar Posic A1.5 - Publicar Posic
N2	Sistema de Planejamento e Orçamento com interface com o SIAFI. (extração de dados do SIAFI).	Meta 1 - Sistema implantado A1.1 - Contratar empresa para implantação e manutenção com treinamento A1.2 - Digitalizar o para registro e disponibilização do acervo da FCRB Meta 2 - Dados extraídos automaticamente A2.1 - Extrair dados

Id	Necessidade	Ações
N3	Treinamento para extração de dados do SIAPE	<p>Meta 1 - Servidores treinados</p> <p>A1.1 - Contratar empresa para consultoria com treinamento</p>
N4	Garantia da infraestrutura de hardware e software necessários às atividades das unidades administrativas da FCRB.	<p>Meta 1 - Softwares e hardwares atualizados</p> <p>A1.1 - Levantar demandas das áreas</p> <p>A1.2 - Aprovar demandas</p>
N5	Contratação de serviço de transmissão de eventos realizados na sala de cursos e no auditório ao vivo pela internet.	<p>Meta 1 - Eventos transmitidos ao vivo</p> <p>A1.1 - Renovar/licitar empresa de serviços de transmissão</p> <p>A1.2 - Transmitir eventos</p>
N6	Sistema de gerenciamento de seminários/eventos divulgados no portal, incluindo inscrições, submissões e avaliações de trabalhos científicos e emissão de certificados. EX: Even3	<p>Meta 1 - Sistema implementado</p> <p>A1.1 - Identificar software adequado</p> <p>A1.2 - Adquirir licença ou assinatura do software</p> <p>A1.3 - Implementar software</p>

Id	Necessidade	Ações
N7	Sistemas de gestão de contratos, convênios e licitações.	<p style="text-align: center;">Meta 1 - Sistema implantado</p> <p>A1.1 - Desenvolver e implantar sistema com treinamento</p> <p>A1.2 - Alimentar sistema com novos contratos/Aditivos/Apostilamentos</p> <p style="text-align: center;">Meta 2 - Contratos controlados</p> <p>A2.1 - Controlar contratos</p>
N8	Contratação de empresa para Manutenção do Sistema de Comando e Controle	<p style="text-align: center;">Meta 1 - Empresa contratada</p> <p>A1.1 - Contratar empresa para revisão do sistema, incluindo treinamento</p> <p style="text-align: center;">Meta 2 - Sistema funcionando</p> <p>A2.1 - Manter o sistema de forma preditiva, preventiva e corretiva (câmeras, catracas, biometria, incêndio, gravação, etc.)</p>
N9	Atualização e Manutenção do software do Processo Eletrônico Nacional	<p style="text-align: center;">Meta 1 - PenSei Digital atualizado</p> <p>A1.1 Atualizar sistema operacional</p> <p>A1.2 Atualizar PenSei Digital</p>

Id	Necessidade	Ações
N10	Elaboração política de cópia de segurança (Backup) da FCRB	<p style="text-align: center;">Meta 1 - Política implementada</p> <p>A1.1 - Definir grupo de trabalho interno para a necessidade</p> <p>A1.2 - Elaborar a política de cópia de segurança em conformidade com as boas práticas e com as orientações dos órgãos de controle</p> <p>A1.3 - Aprovar a política</p> <p>A1.4 - Implementar a política de cópia de segurança - backup da FCRB</p>
N11	Definição técnica da política de cópia de segurança (Backup) da FCRB	<p style="text-align: center;">Meta 1 - Política definida</p> <p>A1.1 - Atualizar política de backup da FCRB</p> <p>A1.2 - Incluir novos sistemas na política de backup</p> <p>A1.3 - Monitorar os backups realizados pela empresa que hospeda alguns servidores</p> <p>A1.4 - Testar a recuperação dos backups</p>

Id	Necessidade	Ações
N12	Preservação digital de acervos arquivísticos	<p>Meta 1 - Preservação digital de acervos arquivísticos</p> <p>A1.1 - Garantir a designação dos recursos adequados para a realização das atividades de preservação digital de documentos arquivísticos da FCRB.</p> <p>A1.2 - Implementar, desenvolver, manter e revisar a infraestrutura tecnológica necessária para a preservação dos documentos arquivísticos digitais.</p> <p>A1.3 - Promover parcerias e intercâmbios com instituições de referência em preservação digital.</p> <p>A1.4 - Dedicar, de forma contínua, parte do orçamento da FCRB para a preservação digital, a fim de garantir as boas práticas e diretrizes propostas pela Política de Preservação Digital da FCRB.</p> <p>A1.5 - Implementar o modelo conceitual para a preservação digital, o Open Archival Information System - OAIS, adotado como norma pela International Organization for Standardization (ISO).</p> <p>A1.6 - Adotar padrões de metadados recomendados pela comunidade de preservação digital internacional e aplicar as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), no que tange à preservação digital de documentos arquivísticos.</p>
N13	Migração do sistema de helpdesk	<p>Meta 1 - Helpdesk migrado</p> <p>A1.1 - Definir software livre para o helpdesk</p> <p>A1.2 - Migrar helpdesk</p>
N14	Manutenção do sistema de controle do inventário de TI	<p>Meta 1 - Inventário de TI controlado</p> <p>A1.1 - Gerir inventário de TI</p>

Id	Necessidade	Ações
N15	Capacitação da equipe de TI	<p>Meta 1 - Equipe de TI capacitada</p> <p>A1.1 - Definir capacitação necessária para cada servidor de TI</p> <p>A1.2 - Solicitar capacitação</p> <p>A1.3 - Aprovar capacitação</p> <p>A1.4 - Concluir a capacitação</p>
N16	Ampliação da equipe de TI	<p>Meta 1 - Equipe de servidores da FCRB na área de TI ampliada em 100%</p> <p>A1.1 - Solicitar abertura de concurso público efetivo e temporário ao MGI</p> <p>A1.2 - Publicar portaria nomeando a comissão responsável pela elaboração do concurso público</p> <p>A1.3 - Publicar Edital do concurso público ou adotar CNPU</p> <p>A1.4 - Efetivar aprovados</p> <p>Meta 2 - Empresa contratada para prestação de serviço na área de TI</p> <p>A2.1 - Elaborar de Termo de Referência para contratação de empresa especializada em serviço de apoio tecnológico</p> <p>A2.2 - Publicar Edital de Licitação</p>

Id	Necessidade	Ações
		Meta 3 - Servidores lotados na STI
		A3.1 - Selecionar, via exercício descentralizado, servidores de carreiras transversais para STI
N17	Melhoria da infraestrutura de rede corporativa	Meta 1 - Instalação e manutenção de infraestrutura de rede local e rede sem fio de toda a FCRB
		A1.1 - Mapear as demandas de cabeamento estruturado
		A1.2 - Levantar demandas para ampliação e melhoria da rede sem fio
		A1.3 - Executar projeto de ampliação de rede sem fio
N18	Implantação de Data Center local	Meta 1 - Data Center local estruturado
		A1.1 - Contratar consultoria para elaboração do projeto executivo para implantação do Data Center
		A1.2 - Adquirir equipamentos descritos no projeto executivo
		A1.3 - Contratar empresa para implantação e manutenção do Data Center

Id	Necessidade	Ações
N19	Atualização de Dados Abertos	<p>Meta 1 - Dados abertos atualizados</p> <p>A1.1 - Criar grupo de trabalho</p> <p>A1.2 - Atualizar o documento e submeter Ao Comite de Governanca</p> <p>A1.3 - Divulgar os dados para a sociedade atraves do Portal de Dados abertos do Governo Federal</p>
N20	Melhoria do controle de acesso de visitante e arrecadação de ingressos do Museu Casa de Rui Barbosa	<p>Meta 1 - Fluxo de visitação Controlado</p> <p>A1.1 - Adquirir e/ou desenvolver software de controle de fluxo de visitação</p> <p>A1.2 - Coletar de dados de perfil para fins estatísticos</p>
N21	Disponibilização do acervo da FCRB via web	<p>Meta 1 - Acervo Disponibilizado</p> <p>A1.1 - Manter a producao dos registros descritivos do acervo em base de dados</p> <p>A1.2 - Realizar atendimento remoto</p> <p>A1.3 - Identificar os acervos a serem digitalizados e realizar suas digitalizacoes</p>
N22	Implementação do Tainacan para gerenciamento das coleções museológicas, arqueológica e paisagística	<p>Meta 1 - Software implementado</p> <p>A1.1 - Levantar e analisar os padrões e as normas de descrição dos acervos pré-definidos.</p> <p>A1.2 - Prospectar tecnologias livres e abertas aderentes à proposta de integração e interoperabilidade entre as bases de dados</p> <p>A1.3 - Estruturar métodos de migração de dados dos acervos museológicos pré-definidos utilizando tecnologia selecionada.</p> <p>A1.4 - Propor critérios informacionais e tecnológicos para desenvolvimento de infraestrutura interoperável de busca consolidada</p>

Id	Necessidade	Ações
N23	Diversificar a linguagem visual com a disponibilização de exposições virtuais e outras informações referentes ao MCRB	<p>Meta 1 - Exposições virtuais disponibilizadas</p> <p>A1.1 - Identificar o software adequado às especificidades das exposições</p> <p>A1.2 - Adquirir software</p>
N24	Melhoria do controle do estoque das publicações da Editoração	<p>Meta 1 - Publicações da Editoração controladas</p> <p>A1.1 - Adquirir ou desenvolver software</p>
N25	Melhoria dos sistemas de comunicação institucional	<p>Meta 1 - Comunicação Institucional Aprimorada</p> <p>A1.1 - Aprimorar a comunicação institucional interna e externa</p>
N26	Manutenção do sistema de gestão de informações acadêmicas para cursos de Pós-Graduação	<p>Meta 1 - Sistema de gestão de informações acadêmicas implantado</p> <p>A1.1 - Identificar o software adequado às especificidades das exposições</p> <p>A1.2 - Adquirir software</p>
N27	Informatizar o controle dos eventos realizados pela DDC	<p>Meta 1 - Controle de Eventos informatizados</p> <p>A1.1 - Adquirir ou desenvolver software</p>
N28	Implementação de softwares arquivísticos para preservação digital e de ferramenta tecnológica para a disponibilização de informações do acervo arquivístico da FCRB	<p>Meta 1 - Disponibilizar o acervo arquivístico ao usuário</p> <p>A1.1 - Identificar o software adequado às especificidades do acervo e dos atendimentos ao usuário da FCRB.</p> <p>A1.2 - Realizar migração de bases de dados dos acervos arquivísticos.</p> <p>A. 1 .3 - Implementar, desenvolver, manter e revisar a infraestrutura tecnológica necessária para disponibilização de informações do acervo arquivístico da FCRB</p>

Id	Necessidade	Ações
N29	Sistema de Gestão de Informações referenciais dos acervos bibliográficos e de preservação da FCRB	<p>Meta 1 - Sistema de Gestão implantado e operante</p> <p>A1.1 - Manter contrato de manutenção e suporte técnico da solução Sophia Biblioteca</p>
N30	Sistema de Gestão de Informações referenciais dos acervos museológicos e de preservação da FCRB	<p>Meta 1 - Sistema de Gestão implantado e operante</p> <p>A1.1 - Manter contrato de manutenção e suporte técnico da solução dos acervos museológicos</p>
N31	Manutenção de serviços/aplicações WEB	<p>Meta 1 - Aplicações e serviços web atualizados</p> <p>A1.1 - Contratar empresa</p> <p>A1.2 - Manter sistemas e serviços</p>
N32	Serviço de atualização de software para divulgação online Grandjean de Montigny	<p>Meta 1 - Software atualizado</p> <p>A1.1 - Contratar empresa para atualização de software para divulgação online Grandjean de Montigny</p>
N33	Sistema de controle de inscrição e acompanhamento de execução do Programa de Bolsas - PIPC e PIC	<p>Meta 1 - Sistema de controle de inscrição implantado</p> <p>A1.1 - Definir software para inscrição</p> <p>A1.2 - Contratar ou desenvolver software</p>
N34	Treinamento do corpo funcional para atuar no conteúdo do portal da FCRB	<p>Meta 1 - Corpo funcional treinado</p> <p>A1.1 - Disponibilizar treinamento de atualização do conteúdo do Portal</p>

Id	Necessidade	Ações
N35	Viabilidade da disponibilização de todos os conteúdos digitais do antigo site da FCRB para o modelo Govbr	<p>Meta 1 - Disponibilização de todos os conteúdos digitais do antigo site no Gov.br</p> <p>A1.1 - Migrar os conteúdos digitais do antigo site da FCRB para o modelo Govbr</p>
N36	Plataforma para transmissão de eventos (como StreamYard)	<p>Meta 1 - Disponibilização de plataforma para transmissão de eventos</p> <p>A1.1 - Contratar plataforma para transmissão de eventos</p>
N37	Plataforma para reuniões, eventos e aulas online (como Google Meet)	<p>Meta 1 - Aulas, reuniões e eventos online disponibilizados</p> <p>A1.1 - Identificar software apropriado</p> <p>A1.2 - Adquirir software</p>
N38	Contratação de plataforma de armazenamento para acesso remoto (Nuvem)	<p>Meta 1 - Disponibilização de armazenamento externo</p> <p>A1.1 - Identificar plataforma adequada</p> <p>A1.2 - Contratar empresa para armazenamento</p>
N39	Melhoria da infraestrutura de TI para suporte às aplicações	<p>Meta 1 - Infraestrutura melhorada</p> <p>A1.1 - Diagnosticar elementos da infraestrutura atual</p> <p>A1.2 - Estimar o consumo de recursos futuros</p> <p>A1.3 - Realizar estudo de viabilidade para migração de aplicações para nuvem e/ou alocação de servidores em DataCenter contratado</p> <p>A1.4 - Contratar empresa para prover infraestrutura de TI, nuvem, alocação de servidores ou ambos</p> <p>A1.5 - Implementar o serviço</p>

Id	Necessidade	Ações
N40	Link redundante de Internet	<p>Meta 1 - Link redundante de Internet funcionando</p> <p>A1.1 - Levantar requisitos para link redundante de internet</p> <p>A1.2 - Contratar empresa para fornecimento de link redundante de internet</p>
N41	Prover apoio a infraestrutura do Programa de Gestão e Desempenho (PGD)	<p>Meta 1 - Programa de Gestão e Desempenho (PGD) bem estruturado</p> <p>A1.1 - Levantamento das necessidades de infraestrutura para o PGD</p> <p>A1.2 - Contratações para apoio a infraestrutura do PGD</p>
N42	Parcerias a projetos especiais, como a utilização da inteligência artificial na disseminação dos acervos	<p>Meta 1 - Disseminação dos acervos com IA com parcerias</p> <p>A1.1 - Propor parcerias a projetos especiais de IA</p>
N43	Ampliação da capacidade de armazenamento do email institucional	<p>Meta 1 - Cota de email ampliada</p> <p>A1.1 - Aditivar o contrato existente, se possível</p> <p>A1.2 - Contratar novo serviço de correio eletrônico</p>
N44	Ampliação da rede WiFi	<p>Meta 1 - Disponibilização de WIFI em toda FCRB</p> <p>A1.1 - Elaborar projeto de ampliação da rede WIFI</p> <p>A1.2 - Adquirir equipamentos</p> <p>A1.3 - Executar o projeto</p>

Id	Necessidade	Ações
N45	Contratação de serviço de Manutenção do DSPACE - RUBI	<p>Meta 1 - Manutenção continuada da aplicação DSpace e implantação da nova versão 7.6 ou superior com migração de dados e customização</p> <p>A1.1 - Planejar contratação A1.2 - Implantar nova versão 7.6 ou superior A1.3 - Migrar dados A1.4 - Customizar A1.5 - Manter contrato de manutenção e suporte técnico da solução Dspace</p>
N46	Implantação de novo Terminal Web da Solução Sophia	<p>Meta 1 - Novo Terminal Web Sophia implantado e Operante</p> <p>A1.1 - Analisar viabilidade de implantar A1.2 - Implantar A1.3 - Realizar treinamento A1.4 - Disponibilizar novo Terminal Web</p>
N47	Aquisição de sistema de automação da área de guarda	<p>Meta 1 - Monitoração em tempo real dos equipamentos de climatização</p> <p>A1.1 - Identificar os componentes do sistema que necessitam de atualização A1.2 - Consultar no mercado as soluções para a obsolescência identificada A1.3 - elaborar os artefatos processuais de acordo com os dados de pesquisa coletados</p>
N48	Software para preenchimento de fichas de diagnóstico personalizáveis, com banco de dados pesquisável.	<p>Meta 1 - Fichas de diagnóstico personalizáveis preenchidas</p> <p>A1.1 - Identificar software A1.2 - Adquirir software</p>

13. Plano de gestão de pessoas

A Fundação Casa de Rui Barbosa conta com 104 servidores em seu quadro efetivo. Desses, quatro servidores estão lotados na área de TI.

Acerca desses dados, é possível inferir que há um número muito reduzido de servidores na STI da FCRB, gerando uma sobrecarga nas atividades dos colaboradores da área. Outrossim, é importante ressaltar que, do quantitativo mencionado acima, há a previsão para janeiro de 2025 de aposentadoria de 1 servidora lotada na área de TI, o que acarretará em acréscimo de sobrecarga de trabalho a esses servidores.

Observa-se ainda, no caso, que cada servidor da área de TI ficará, em média, com possível atendimento de 35 pessoas.

Assim, considerando que a área de *helpdesk* (atendimento direto ao usuário) é apenas uma pequena parte das atividades dos servidores lotados na área, atuando concomitantemente em processos administrativos, segurança da informação, novas soluções tecnológicas, backup, redes, projetos internos, entre outros, é possível notar a urgente necessidade de ampliação do quadro de pessoal da área, permitindo que as demandas possam ser atendidas em tempos menores e que a relação entre número de servidores da FCRB e o número de atendimentos tenha uma redução percentual de 50%.

Todavia, cabe salientar que a Alta Direção da FCRB ratificou essa necessidade ao conseguir a realização de contrato de suporte tecnológico, mitigando um pouco a sobrecarga dos servidores da TI.

Ademais, foram investidas verbas de capacitação e treinamento para a área, possibilitando o desenvolvimento da equipe de colaboradores, conforme determina o Decreto nº 10.506, de 02 de outubro de 2020, que altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de

Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

Entretanto, embora alguns esforços venham sendo feitos para minimizar a sobrecarga da área, é imprescindível que no próximo quatriênio a força de trabalho seja ampliada, seja por concurso, seja por movimentação, e sejam feitos maiores investimentos na capacitação dos servidores de TI da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Ressaltamos que a Fundação Casa de Rui Barbosa, devido à sua missão e aos seus objetivos, cada vez mais precisa fazer uso da tecnologia da informação para cumprir sua função social. A diversidade das atividades e compromissos da instituição impõe a utilização de uma variedade de recursos tecnológicos que obriga uma capacitação dos servidores da área de TI para o devido cumprimento das metas institucionais.

14. Plano orçamentário

A proposta orçamentária de TI para o atendimento das necessidades levantadas é uma consolidação dos valores apresentados no item 12 deste PDTIC.

Classificação	Estimativa de gastos (em R\$)							
	2025		2026		2027		2028	
	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio
13.122.2127.2000.00 01 - Administração da Unidade	800.000,00	700.000,00	900.000,00	800.000,00	1.000.000,00	900.000,00	1.100.000,00	1.000.000,00
13.391.2027.20ZH.0 001 - Preservação de Bens e Acervos	200.000,00	120.000,00	300.000,00	200.000,00	400.000,00	300.000,00	500.000,00	400.000,00
TOTAIS	1.000.000,00	820.000,00	1.200.000,00	1.000.000,00	1.400.000,00	1.200.000,00	1.600.000,00	1.400.000,00
TOTAL	1.820.000,00		2.200.000,00		2.600.000,00		3.000.000,00	

O quadro acima explicita a expansão dos investimentos em TI e consequentemente dos valores necessários à expansão da FCRB tanto do ponto de vista físico (estrutura, servidores) quanto do ponto de vista regulatório (novos produtos, serviços, armazenamento e processamento de informações). De 2025 para 2028, as necessidades da TI terão um aumento muito expressivo, o que caracteriza uma tendência de maior relevância da área de tecnologia para o suporte estratégico da organização.

15. Plano de gestão de riscos

O plano de gestão de riscos identifica os principais riscos que podem resultar na inexecução total ou parcial deste PDTI, impactando o alcance das metas e a realização do que foi previsto.

Para cada risco identificado, analisou-se a probabilidade e impacto de ocorrência, aplicando-se uma escala com três níveis de classificação: baixo, médio e alto. Os critérios utilizados para realizar a classificação em cada um desses níveis são apresentados nos quadros a seguir:

Grau de Probabilidade Definição	
Baixo	Estima-se em menor que 30% a chance deste
Médio	Estima-se entre 30 e 70% a chance deste evento de
Alto	Estima-se em maior que 70% a chance deste evento de

Grau de Impacto Definição	
Baixo	Os efeitos do evento de risco são baixos ou mesmo imperceptíveis. Na maioria das vezes, o custo da prevenção do risco é maior que o custo do evento do risco. Quando esses eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto ou atividade, podem ser facilmente reparados e ajustados, não provocando ameaças ao sucesso do projeto.
Médio	Os efeitos são moderados. Quando esses eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto ou atividade, podem ser reparados e ajustados. Entretanto, os impactos podem afetar o plano do projeto, necessitando de repactuação de prazos e custos.

Alto	Os efeitos do evento são elevados. Quando esses eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto ou atividade, somente podem ser reparados por meio de replanejamento, necessitando de renegociação de prazos e custos entre as partes.
------	--

Após a classificação, realizou-se o planejamento de respostas aos riscos com maior probabilidade e impacto, estabelecendo as estratégias para mitigar sua ocorrência, bem como o plano de contingência para redução de impacto no caso da ocorrência do risco. Ressalta-se que a análise realizada nesse plano se complementa pela avaliação realizada quando do planejamento específico dos projetos a serem conduzidos.

Risco	Consequências	Probabilidade e	Impacto	Estratégia de Mitigação	Plano de Contingência
Ataques à rede.	Perda de informações e conectividade.	Média	Alto	Interromper acessos indevidos, gerenciar níveis de segurança, avaliar medidas em tempo real.	Prover somente os recursos de TI seguros, mediante prévia análise da equipe - ETIR
Reduzido número de servidores públicos para a área de TIC.	Inviabilidade de implantação de novos projetos.	Alta	Alto	Novos concursos.	Contratação de serviços de atividades técnicas especializadas, quando oportuno.

Insuficiência de orçamento para condução das atividades e projetos previstos no PDTI.	Atrasos nas atividades, ações e projetos. Suspensão/ cancelamento de atividades, ações e projetos.	Alta	Alto	Permanente articulação com o nível estratégico da Casa.	Priorização das demandas de TI.
Equipamentos obsoletos.	Atraso nos trabalhos.	Baixa	Alto	Política de atualização do parque tecnológico da instituição.	Levantamento do acervo disponível. Aquisição de novos equipamentos.
Falta de energia.	Paralização dos trabalhos da FCRB e possível estrago nos equipamentos.	Média	Alto	Utilizar nobreaks, geradores	Assegurar o funcionamento de fontes de alimentação ininterruptas como nobreaks, geradores, mobilizar equipes responsáveis
Indisponibilidade nos <i>links</i> de dados.	Paralização dos trabalhos da FCRB.	Média	Alto	Contratação de <i>links</i> de redundância.	Utilização de modems 3G em atividades prioritárias.

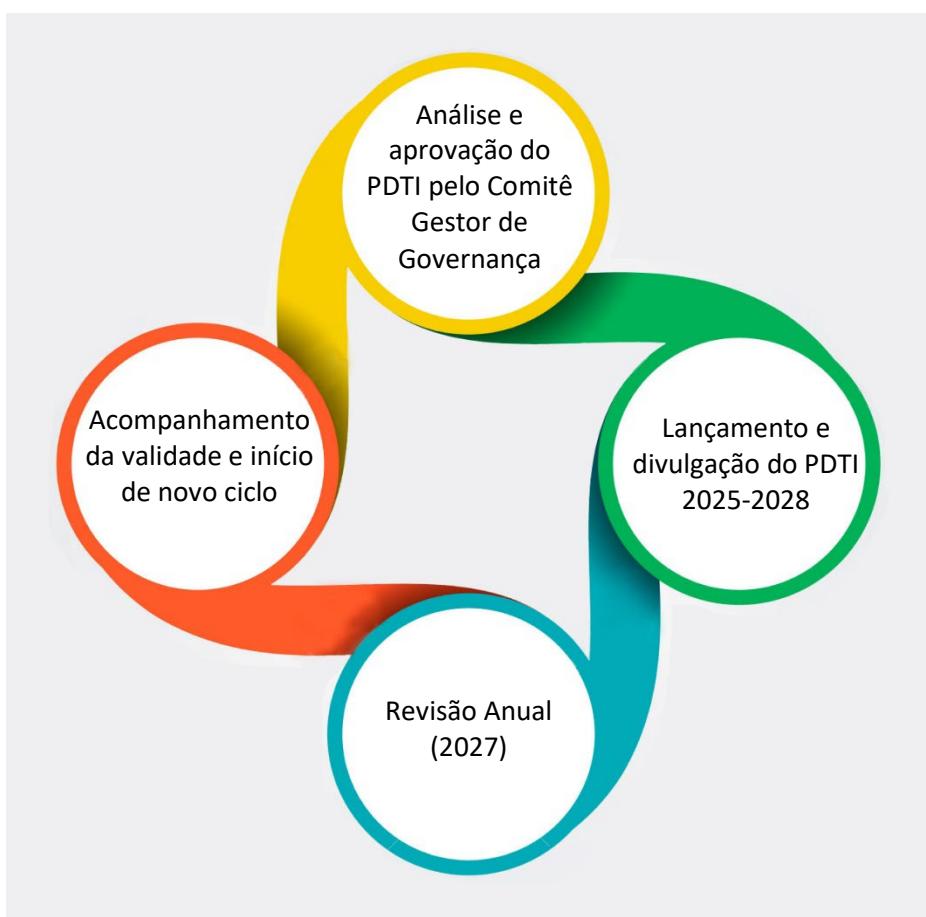
Ataques cibernéticos que afetam os sistemas de computadores de diversos países espalhados pelo globo desperta a atenção para a necessidade da elaboração de planos de gestão de riscos como forma de prevenção e segurança dos dados informacionais das instituições. Esse fato demonstra que todos somos vulneráveis diante da ação de *hackers* cada dia mais especializados no desenvolvimento de estratégias dessa natureza.

Nesse sentido, é fundamental a criação de um Comitê de Ação Emergencial para atuar na salvaguarda do sistema da Fundação Casa de Rui Barbosa, fiscalizando a política de cópia de segurança interna (*backup*) e garantindo a atualização constante dos programas utilizados na instituição.

A manutenção da rede elétrica é imprescindível para evitar panes que poderiam ocasionar a perda irremediável de toda a estrutura de *hardware* e *software*. Neste escopo, incluímos também a substituição de máquinas obsoletas que possam comprometer a segurança da rede de dados.

16. Processo de revisão do PDTI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Fundação Casa de Rui Barbosa, após análise e aprovação pelo Comitê Gestor de Governança, vigorará entre os anos de 2025-2028. Sua revisão está prevista para 2027, tendo em vista a necessidade de atualização bianual diante das constantes mudanças tecnológicas. Havendo alguma intercorrência, poderá ser realizada alteração no plano em vigor para se adequar à demanda institucional. O Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) ficará responsável pelo acompanhamento da validade e preparação do trabalho para um novo ciclo de revisão.



17. Fatores críticos de sucesso

A plena execução do PDTI está associada a uma série de variáveis que envolve recursos humanos, técnicos e financeiros.

Apontamos como fundamental para o sucesso do plano o envolvimento das equipes, a rapidez na solução dos problemas que possam surgir, o apoio da Alta Administração e a revisão anual prevista no item 16 com vistas à recondução de questões não contempladas.

Ressaltamos que o PDTI não se restringe a um documento teórico, mas uma importante ferramenta para operacionalizarmos os processos pertinentes ao funcionamento das áreas que compõem o organograma da FCRB, bem como sua interlocução com o universo acadêmico e outras demandas externas. Nesse sentido, é fundamental que as ações previstas nos planos de metas (12.1) e de ações (12.2) sejam cumpridas e fiscalizadas com rigor para garantir o sucesso deste trabalho. Como o levantamento de necessidades envolveu uma consulta a todos os setores da FCRB, é importante que seja cumprido à risca, a fim de não se correr o risco de perder a credibilidade do trabalho desenvolvido.

Porém, o setor com maior impacto de uma plena execução do PDTI é o STI.

O setor de TI (Tecnologia da Informação) é essencial para a modernização, eficiência e transparência nos órgãos do governo federal. No entanto, frequentemente ele é subvalorizado ou tratado apenas como um suporte técnico, quando na verdade é uma área estratégica que pode transformar serviços públicos e melhorar a experiência dos cidadãos. Não há na FCRB, orçamento destinado especificamente à TI.

Aqui estão alguns pontos que mostram por que o setor de TI deve ser mais valorizado:

Segurança da Informação

Com o aumento de ataques cibernéticos, investir em TI é crucial para proteger dados sensíveis de cidadãos e do próprio governo.

Transformação Digital

A TI é a base para a transformação digital, que permite a automação de processos, redução de burocracia e maior acessibilidade dos serviços

Economia de Recursos

Soluções digitais bem implementadas podem gerar economias significativas, ao reduzir papel, tempo e redundâncias em processos

Inovação e Competitividade

Um setor de TI forte pode criar oportunidades para inovações e fomentar o uso de novas tecnologias

18. Conclusão

A elaboração e implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação oferece a oportunidade de a instituição estabelecer o planejamento da área de TI, identificando os serviços, realizando a gestão e execução conforme o planejado. Esse processo precisa ser continuado anualmente, avaliando os resultados, revisando o planejamento e aprimorando o PDTI, alinhado ao Planejamento Estratégico da FCRB.

Nesse sentido, foram identificadas para o quadriênio 2025-2028 várias demandas estratégicas, especialmente as relacionadas à gestão de informações acadêmicas para cursos de pós-graduação e referenciais dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico, sistemas a serem implantados com o objetivo de aprimorar diversos setores da FCRB, especial atenção a melhoramentos referentes a infraestrutura de TIC. A digitalização de acervos e acesso aos seus conteúdos por meio da página *web* da instituição continuam como uma demanda importante para FCRB.

O exíguo contingente de pessoal capacitado é um significativo limitador para um efetivo detalhamento do planejamento e da gestão das ações de TIC, tanto no que diz respeito às ações como aos seus prazos de execução.

Nesse contexto, a gestão de riscos fica altamente comprometida, restringindo-se a previsão de medidas de contingência àquelas ações que mais impactam os objetivos estratégicos da instituição.